Registo de autoridade arquivística

Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional

Identificação

Tipo de entidade

Entidade coletiva

Forma autorizada do nome

Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional

Outras formas do nome

ICCTI

Identificadores para entidades coletivas

N.I.P.C. 503 904 066

Descrição

Datas de existência

1997-07-28 - 2002-10-07

História

A criação do Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI) foi anunciada em 1996, através da aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Tecnologia (Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de agosto), como uma das entidades sucessoras da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Foi criado e sujeito à tutela e superintendência do Ministro da Ciência e Tecnologia, tendo a sua Lei Orgânica sido aprovada através do Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de julho.

O Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional foi a entidade encarregada de «dirigir, orientar e coordenar as ações de cooperação

internacional no domínio da ciência e da tecnologia, sem prejuízo das competências do Ministério dos Negócios Estrangeiros» (Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de julho). Junto do ICCTI passou, igualmente, a funcionar a Comissão INVOTAN.

O ICCTI foi formalmente extinto em 2002 (Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de outubro) e as suas atribuições e competências foram assumidas pelo Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES).

Lugares

Atuais

Portugal, Rua Castilho, n.º 5 – 4º Piso, 1250-066 Lisboa: **Sede**.

Portugal, Avenida D. Carlos I, n.º 126 – 6º Piso, 1249-074 Lisboa: **Sede**.

Jurisdição territorial

Tem jurisdição sobre todo o território nacional.

Estatuto legal

Entidade coletiva dotada de direito público

Funções, ocupações e atividades

O Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional teve como principais funções: dirigir, orientar e coordenar as ações de cooperação internacional no domínio da ciência e da tecnologia. Neste âmbito, o ICCTI 1) assegurou a gestão de fundos nacionais e internacionais, nomeadamente para ações de cooperação e representação internacional nos domínios da cooperação e representação internacional; 2) apoiou o Ministro da tutela nas atividades inerentes à representação de Portugal, enquanto membro da União Europeia e, também, 3) nas atividades inerentes à representação nacional de Portugal em entidades internacionais que promovem a cooperação internacional; 4) apoiou o Ministro da tutela na condução das relações internacionais, nos domínios da ciência e da tecnologia, em articulação com outras entidades com

competências nos domínios dos assuntos europeus das relações externas, nomeadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Mandatos / Fontes de autoridade

Decreto-Lei n.º 451/91, de 4 de dezembro – Aprovação da Lei Orgânica do XII Governo Constitucional.

Decreto-Lei n.º 144/96, de 26 de agosto – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e da Tecnologia (e criação do ICCTI).

Decreto-Lei n.º 187/97, de 28 de julho – Aprovação da Lei Orgânica do ICCTI.

Decreto-Lei n.º 205/2002, de 7 de outubro – Aprovação da Lei Orgânica do Ministério da Ciência e Ensino Superior (e extinção do ICCTI).

Contexto geral

No final dos anos 80, com a plena integração de Portugal na Europa, os mecanismos de política científica foram reforçados e as fontes de financiamento alargadas. Nesse contexto, em 1988, a Assembleia da República aprovou uma lei que propunha um modelo de C&T inscrevendo as atividades de investigação científica e tecnológica como «prioridades nacionais», intitulada "Lei sobre a Investigação Científica e do Desenvolvimento Tecnológico" (Lei nº 91/88 de 13 de Agosto).

Assim, entre 1991 e 1995 a coordenação e gestão de políticas científicas em Portugal decorreram enquanto competências do Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Anos depois, em 1995, no seguimento da contínua afirmação e crescimento da atividade de investigação científica em Portugal e tendo em conta as recomendações feitas pela OCDE (Organisation for Economic Cooperation and

Development), é criado em Portugal o Ministério para a Ciência e Tecnologia – MCT.

Em 1997, com a extinção da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), são criadas três entidades que dão prossecução às atividades até então desenvolvidas pela JNICT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT), Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), e Observatório das Ciências e das Tecnologias (OCT).

Relações com outras entidades

Nome da entidade	Tipo de relação	Datas da relação
Ministro da Ciência e Tecnologia	Subordinação: tutelar e superintendente	1997 - 2002
Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica	Sucessão: entidade antecessora	1997
Fundação para a Ciência e a Tecnologia	Associação e cooperação: cooperante	1997 - 2002
Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior	Sucessão: entidade sucessora	2002

Controlo

Regras e/ou convenções

Conselho Internacional de Arquivos - ISAAR (CPF): Norma Internacional de

Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas

Singulares e Famílias. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da

Descrição em Arquivo. [Em linha]. 2ª ed. Lisboa: IANTT, 2004. [Consult. 10]

Mai. 20121. Disponível em www:<

URL:http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf>.

International Council on Archives - ISAAR (CPF): international standard archival

authority record for corporate bodies, persons and families. [Em linha]. 2nd ed.

Camberra: ICA, 2003. [Consult. Jun. 2012]. Disponível em WWW:<URL:

http://www.icacds.org.uk/eng/ISAAR(CPF)2ed.pdf>.

Estado do registo de autoridade

Finalizado

Nível de detalhe

Médio

Datas de criação, revisão ou eliminação

2012-08-10 - Criação

2014-04-30 - Revisão

Língua e escritas

Português: PT

5

Fontes

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência - *FCT: Fundação para a Ciência e a Tecnologia* [Em linha]. [Lisboa], 2012. [Consult. Jul. 2012]. Disponível em www:<<u>URL:http://www.fct.pt/</u>>.

CARAÇA, João – Ciência e investigação em Portugal no século XX In PERES, Fernando, coord. - *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*. Porto: Edições Afrontamento & Fundação Serralves, 2002. Vol. 1 - *As Ciências e as Problemáticas Sociais*.

FIOLHAIS, Carlos – <u>A ciência em Portugal</u>. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Carlos Fiolhais, janeiro de 2011.

GAGO, José Mariano, coord. – *O estado das ciências em Portugal.* Lisboa: Dom Quixote, 1992. (Nova Enciclopédia). ISBN 972-20-1014.

ROLLO, Maria Fernanda [et al.] - História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* [Em linha], Vol. XXV (2012) p. 233-261. [Consult. 16 Jul. 2012]. Disponível em www:<URL: http://iuc-revistas.com/ojs/index.php/boletimauc/article/view/478.

Notas de manutenção

Arquivo de Ciência e Tecnologia